

n.º 2049, de 6 de Agosto de 1951, sejam entre si anexados os serviços do registo civil e do notariado do conselho de Salvaterra de Magos.

Ministério da Justiça, 27 de Março de 1958.—O Ministro da Justiça, *João de Matos Antunes Varela*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

8.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas, por seu despacho de 22 de Março em curso, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 4.º

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Artigo 51.º «Construções e obras novas»:

N.º 2) «Construções a efectuar em conta das receitas gerais do Estado, incluindo despesas de pessoal»:

Alinea c) «Edifícios para estabelecimentos da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários»:

Do n.º 3) «Estação de Fomento Pecuário»	— 200.000\$00
Para o n.º 1) «Estação Zootécnica Nacional»	+ 100.000\$00
Para o n.º 2) «Coedifícia Nacional de Alter»	+ 100.000\$00
	+ 200.000\$00

8.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 26 de Março de 1958.—O Chefe da Repartição, *Eduardo da Cunha Seixas Navarro de Castro*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 16 649

Os trabalhos topoidrográficos de âmbito local que se torna indispensável executar para base de numerosos estudos e projectos de obras marítimas em curso ou a empreender dentro de curto prazo na costa de Angola, para o registo sistemático dos efeitos das mesmas obras, para a fiscalização adequada da sua construção e para o conhecimento actualizado da configuração dos fundos no interior dos portos ou junto das instalações portuárias em exploração, têm de constituir tarefa volumosa de rotina para que os serviços responsáveis possam dar conta das suas atribuições com razoável grau de consciência.

A mor parte das vezes tem-se recorrido, para valer às necessidades mais prementes destes trabalhos, aos serviços da missão hidrográfica de Angola e S. Tomé, com prejuízo do desempenho das suas atribuições próprias. Todavia, é prática em que a multiplicidade dos casos em perspectiva já não consente prosseguir e que a própria natureza dos trabalhos em causa desaconselha. Julga-se, por isso, chegado o momento de dotar os serviços de portos e caminhos de ferro da província de uma brigada topoidrográfica que, integrada na res-

pectiva divisão de estudos e construção, virá a constituir o núcleo de secção especializada a criar quando os serviços sejam reorganizados.

Nestes termos, e usando da faculdade conferida pela alínea a) do artigo 7.º do Decreto n.º 40 869, de 20 de Novembro de 1956:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte:

1.º É criada, com carácter temporário, a brigada topoidrográfica dos portos de Angola, na dependência da Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes.

2.º É atribuição desta brigada, dentro do que lhe seja determinado através da divisão de estudo e construção dos mesmos serviços, a execução de todos os trabalhos topográficos e hidrográficos de âmbito local de que os serviços careçam para os estudos, projectos e construção ou fiscalização das obras a seu cargo, quer sejam executados directamente ou com recurso a especialistas ou a empreiteiros, conforme os casos; e ainda a recolha e elaboração estatística de quaisquer dados de observação local, do domínio da oceanografia física, necessários às finalidades referidas.

3.º A brigada topoidrográfica dos portos de Angola será chefiada por um engenheiro geógrafo com prática de trabalhos hidrográficos e terá o pessoal constante do quadro anexo à presente portaria.

4.º As condições de prestação de serviço do pessoal da brigada serão as estabelecidas na Portaria n.º 14 483, de 4 de Agosto de 1953, para o pessoal da mesma ou equivalente categoria das brigadas de caminhos de ferro da província. A equiparação de categorias nos casos omissos será feita por despacho ministerial ou do governador-geral de Angola, consoante os casos.

5.º O pessoal da brigada será destacado dos quadros do ultramar ou requisitado a outros serviços do Estado, nos termos da lei, ou ainda contratado ou subsidiado especialmente para o efeito, conforme as necessidades e nas condições superiormente reconhecidas.

6.º Dentro das dotações orçamentais próprias, o chefe da brigada ou quem o substitua poderá assalariar na província o pessoal auxiliar e braçal de que careça para a execução dos trabalhos a seu cargo.

7.º A brigada ficará subordinada ao Governo-Geral de Angola, por intermédio da Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, através da qual o chefe da brigada submeterá à aprovação superior as normas reguladoras do seu funcionamento e das suas relações com os restantes serviços provinciais ou actuando na província.

8.º A carga da brigada topoidrográfica dos portos de Angola ficarão todos os trabalhos do âmbito das suas atribuições, como definidas no n.º 2.º, que haviam sido confiados pela Portaria n.º 15 539, de 13 de Setembro de 1955, à brigada de estudos da missão técnica da baía dos Tigres, transitando para a primeira todo o material e pessoal desta última que esteja adstrito àquele género de trabalhos. O governador-geral de Angola regulará por despacho as formalidades necessárias para o efeito.

§ único. A brigada topoidrográfica de Angola prestará à missão técnica da baía dos Tigres e à respectiva brigada de estudos toda a colaboração que pelo chefe da missão seja solicitada à Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes da província, com a qual aquele assentará as normas de procedimento mais convenientes para o desembaraço dos trabalhos de rotina.

9.º Os encargos de qualquer natureza resultantes do funcionamento da brigada serão normalmente suportados por dotação apropriada, a inscrever no orçamento

dos serviços dos portos, caminhos de ferro e transportes de Angola, especialmente as despesas com o pessoal discriminado no quadro anexo. Todavia, os encargos com trabalhos executados pela brigada para estudos, projectos ou obras custeadas por dotações próprias estranhas ao referido orçamento serão suportados pelas respectivas dotações.

§ 1.º No ano em curso o Governo-Geral de Angola fará inscrever em orçamento suplementar dos serviços dos portos, caminhos de ferro e transportes a quantia de 1:000.000\$ para manutenção da brigada topoidrográfica.

§ 2.º A ordem do chefe da brigada poderá ser constituído um fundo de manéio, da importância de um duodécimo da dotação orçamental respectiva, destinado a pequenas despesas a satisfazer a pronto e do qual serão prestadas contas anualmente.

§ 3.º A comissão administrativa da brigada será constituída pelo seu chefe, pelo adjunto e pelo encarregado administrativo.

Ministério do Ultramar, 27 de Março de 1958. — O Ministro do Ultramar, *Raul Jorge Rodrigues Ventura*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — *R. Ventura*.

Quadro do pessoal

Da brigada topoidrográfica dos portos de Angola, ao qual se refere o n.º 3.º da portaria:

- 1 engenheiro geógrafo-chefe.
- 1 engenheiro geógrafo adjunto (a).
- 2 engenheiros geógrafos (b).
- 4 topógrafos.
- 6 ajudantes de topógrafos (auxiliares técnicos).
- 2 calculadores.
- 4 desenhadores.
- 1 técnico de electricidade e electrónica.
- 1 mecânico.
- 1 mestre de lancha.
- 1 motorista marítimo.

1 encarregado administrativo.

2 escriturários dactilógrafos.

Pessoal auxiliar e braçal a assalariar conforme as necessidades do serviço.

(a) Com prática de trabalhos hidrográficos.

(b) Serão admitidos como praticantes e ao cabo de três anos de bom e efectivo serviço promovidos a engenheiros geógrafos.

Ministério do Ultramar, 27 de Março de 1958. — O Ministro do Ultramar, *Raul Jorge Rodrigues Ventura*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — *R. Ventura*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral do Porto de Lisboa

Declara-se que, por despacho do Conselho de Administração de 19 do corrente, foram autorizadas modificações nas seguintes verbas do orçamento privativo da Administração-Geral do Porto de Lisboa, nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 36 976, de 20 de Julho de 1948:

Reforço

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 12.º «Encargos administrativos»:

- 11) «Pensões ao abrigo do Decreto-Lei n.º 38 523, de 23 de Novembro de 1951» + 6.000\$00

Anulação

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 12.º «Encargos administrativos»:

- 13) «Subsídios vitalícios, nos termos do artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 36 976» — 6.000\$00

Administração-Geral do Porto de Lisboa, 24 de Março de 1958. — O Presidente do Conselho de Administração, *Salvador de Sá Nogueira*.